REBATIMENTOS DO DESEMPREGO NO PROCESSO DE ADOECIMENTO DO TRABALHADOR

Géssica Tamires da Silva Anselmo[1]

Mônica Barros da Nóbrega[2]

RESUMO

O presente artigo traz uma discussão sobre as implicações do desemprego na saúde do trabalhador. Em situação de desemprego, as pessoas estão mais propensas a vivenciar elevados níveis de depressão, ansiedade, stresse, insatisfação com a vida presente e angústia. As novas configurações no mundo do trabalho têm demonstrado fortes incidências sobre a saúde dos trabalhadores, mostrando-se imprescindível que se discuta os rebatimentos das diversas dimensões do trabalho sobre a saúde dos trabalhadores.

Palavras-chave: Desemprego. Adoecimento do trabalhador. Capitalismo.

ABSTRACT

This article discusses the implications of unemployment on workers' health. In a situation of unemployment, people are more likely to experience high levels of depression, anxiety, stress, dissatisfaction with their present life and anguish. The new configurations in the world of work have shown strong incidences on workers' health, proving to be essential to discuss the impacts of the different dimensions of work on workers' health.

Keywords: Unemployment. Worker's illness. Capitalism.

1 INTRODUÇÃO

Com a evolução do conceito de saúde ao longo dos tempos, passou-se a ter o entendimento de que saúde e doença não são apenas efeitos biológicos, uma vez

[1] Universidade Estadual da Paraíba; Bacharel em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba; gessica_anselmo@hotmail.com.

[2] Universidade Estadual da Paraíba; Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco; monicabnobrega@yahoo.com.br.

que estão relacionadas ao contexto integral da vida dos indivíduos. Em sentido amplo, a saúde é “resultante das condições de alimentação, habitação, educação, renda, meio ambiente, trabalho, emprego, lazer, liberdade, acesso e posse da terra e acesso a serviços de saúde” (BRASIL, 1986). Sendo assim, não podemos desconsiderar a relação que o desenvolvimento econômico e social possui com o processo de saúde e adoecimento da população.

O interesse pelo estudo sobre os impactos que o desemprego acarreta na saúde dos sujeitos surgiu durante a realização do Estágio Supervisionado em Serviço Social, na Unidade Básica de Saúde da Família “Wesley Cariri Targino”, no município de Campina Grande-PB, ainda enquanto aluna de graduação. Esta experiência despertou o interesse em buscar conhecer melhor as implicações trazidas pelo desemprego a saúde das pessoas, tendo em vista os relatos dos usuários da unidade básica de saúde sobre como a desproteção socioeconômica (que incluía carência alimentar), o sofrimento psicológico decorrente das incertezas quanto ao futuro e outros tipos de sofrimento ligados ao desemprego afetavam a saúde daquelas pessoas, de forma substancial.

Partindo do pressuposto de que a produção de conhecimento científico requer a escolha de um tipo de pesquisa adequado ao objeto de estudo, optamos por adotar a perspectiva teórica crítico-dialética por entender que esta oferece melhores subsídios para o desvendamento da realidade, na qual as análises do estudo presentes neste artigo são fundamentadas pela pesquisa bibliográfica.

É levando em consideração que o trabalho é um dos fatores determinantes e condicionantes no processo saúde-doença, que discutiremos sobre as atuais configurações do mercado de trabalho, para que a partir daí possamos partir para o nosso real tema de discussão: os indivíduos sem trabalho, ou seja, os rebatimentos do desemprego no processo de adoecimento do trabalhador

Com as grandes transformações no mundo do trabalho, que têm sido verificadas desde a década de 1970 nos países de capitalismo avançado, constatam-se transformações nos padrões de produção e acumulação capitalista, bem como, um

quadro da reestruturação produtiva, que tem conformado relações de trabalho cada vez mais flexibilizadas e desregulamentadas. Há uma “expansão do trabalho parcial, temporário, precário, subcontratado, terceirizado” (ANTUNES, 2006, p 49).

Além disso, o processo de mundialização do capital acompanhado dos grandes avanços tecnológicos, tem permitido a produção de mercadorias com grande redução de mão de obra, o que acaba causando o chamado desemprego estrutural. Porém, a questão do desemprego não se reduz a um determinismo tecnológico. Ele envolve, como discutiremos, um processo social, com determinações históricas e sociais relacionadas a necessidade do capitalismo de gerar reservas de desempregados. Uma questão extremamente relevante e que não podemos deixar escapar é: De que forma o desemprego tem afetado a saúde da população excluída do mercado de trabalho? É em torno dessa indagação que direcionaremos a nossa discussão.

2 A CENTRALIDADE DO TRABALHO E AS PARTICULARIDADES DO REGIME DE TRABALHO NO BRASIL

Conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), tendo como base o trimestre encerrado em abril de 2021, o Brasil possui uma taxa de 14,7% de desempregados (o que representa 14,8 milhões de pessoas) – vale salientar que para os cálculos do IBGE são considerados desempregados apenas aqueles que procuram emprego, mas não encontram. Não são considerados tecnicamente desempregados, por exemplo, os trabalhadores informais que trabalharam alguma hora na semana para garantir a sobrevivência, ou os trabalhadores que não estão procurando emprego no momento, enfim, mesmo utilizando esses dados imprecisos do IBGE, verifica-se um vultuoso aumento do desemprego.

Esses são números assustadores, principalmente quando se pensa nos rebatimentos objetivos e subjetivos que o desemprego traz na vida das pessoas, pois, como se sabe, as circunstâncias sociais e econômicas têm forte influência na ocorrência de problemas de saúde dos indivíduos, e é nesse sentido que a discussão sobre o desemprego deve vir à tona.

Antes de adentrarmos na discussão sobre o desemprego propriamente dita, é importante destacarmos algumas medidas adotadas pelo governo federal em relação a população desempregada e trabalhadores informais bem como a manutenção do emprego no atual contexto da pandemia da Covid-19.

Sob o argumento de auxiliar na manutenção de empregos, o governo instituiu a medida provisória nº 1.045/2021, criando o chamado Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda que permitiu a suspensão temporária do contrato de trabalho e redução da jornada, acarretando perdas salariais para os trabalhadores.

O amparo aos trabalhadores informais e desempregados veio a partir do Auxílio Emergencial, benefício financeiro regulamentado pelo decreto nº 10.316 de 2020 que estabeleceu o pagamento durante três meses no valor de R$ 600,00 reais a trabalhadores informais, microempreendedores individuais (MEI), autônomos e desempregados. Em 2020 o público elegível para recebimento do benefício recebeu cinco parcelas de R$ 600,00 reais e quatro parcelas de R$ 300,00 reais. Durante as primeiras cinco parcelas, foi permitido o pagamento de até R$ 1.800,00 reais para famílias cuja mulher fosse chefe de família (responsável pelo sustento) e que tivesse, ao menos, mais uma pessoa elegível para o recebimento. Já nos casos de famílias em que duas pessoas fossem elegíveis, o pagamento foi de R$ 1.200,00 reais.

Vale destacar que o valor de R$ 600,00 reais pagos durante as primeiras parcelas só foi possível graças aos esforços da oposição, pois a intenção do governo federal era de pagar um valor de cerca de R$ 200,00 reais. O auxílio foi encerrado em janeiro de 2021, e milhões de brasileiros ficaram totalmente desamparados durante um dos períodos mais críticos da pandemia causado pela segunda onda da Covid-19. O benefício só foi retomado em abril de 2021, porém, desta vez, com um valor extremamente baixo. Sendo pagas quatro parcelas de R$ 150, 00 reais (para famílias com apenas uma pessoa elegível), R$ 250,00 reais (para famílias de duas ou mais pessoas elegíveis) ou R$ 375, 00 (para mães chefes de família monoparental).

Retomando a discussão sobre o desemprego, consideramos importante tecer algumas considerações a respeito do trabalho. A concepção marxista entende o trabalho como a categoria fundante do mundo dos homens, é através dele que os homens conseguem produzir os bens indispensáveis à sua reprodução. Conforme Lessa (2012) o trabalho ao longo da história incorpora determinações peculiares a cada momento. As primeiras organizações sociais dos primatas, os modos de produção escravagista, asiático, feudal, todos eles possuíram particularizações históricas. Com o sistema capitalista que emerge após o colapso do sistema feudal e que vigora até os tempos atuais não poderia ser diferente.

O modo de produção capitalista funda-se na exploração do trabalho. A exploração dos trabalhadores é feita segundo leis econômicas, a força de trabalho é reduzida a uma mercadoria, e este, desempenha o papel de uma mercadoria adquirida através da remuneração (salário). Como “ao capital o que importa são apenas as mercadorias e não as pessoas, o “humano” da força de trabalho é completamente desprezado ” (LESSA,2012, p.40). Dessa forma, o trabalho no capitalismo constitui-se como um dispêndio de força humana de trabalho que irá agregar valor à mercadoria, valor este, que, transformado em lucro, acumula-se nas mãos capitalistas.

Ao longo da história, o trabalho passou por várias mudanças que reconfiguraram a categoria *trabalho* e a classe que vive dele. No capitalismo o trabalho subsome-se ao capital, e é marcado pela separação e alienação entre o trabalhador e os meios de produção.

Em cada época, o capitalismo possuiu/possui particularidades no seu modo de produção e reprodução, com rebatimentos no mundo do trabalho. Em se tratando de particularização, Santos (2012) nos traz enormes contribuições quanto as características que o Brasil possui na formação do mercado de trabalho em comparação aos países centrais. Ao nos remetermos aos “anos de ouro” do capitalismo nos países centrais por exemplo, é notável que o Brasil não aderiu as características clássicas do fordismo/keynesianismo experimentado nesses países, conformando, assim, segundo a autora supracitada, um “fordismo à brasileira”.

Nos anos de 1950 e 1960, especialmente nos países da Europa, se observa uma política econômica baseada na manutenção do pleno emprego. A medida do pleno emprego se deu a partir da tentativa de aumentar o mercado consumidor que pudesse acompanhar o ritmo acelerado da produtividade. Com estabilidade no emprego, as pessoas tinham mais condições e segurança para consumir. Combinado com o fordismo, o Welfare State constituiu-se como uma série de garantias sociais.

Santos (2012) destaca que enquanto no fordismo clássico verificou-se a estabilidade do emprego alcançada com o regime de negociações coletivas, no Brasil não houve estabilidade no emprego durante a vigência do “fordismo à brasileira”, e sim flexibilidade e precariedade na estrutura de ocupações. Desde o fordismo à brasileira os empregadores já encontravam extrema facilidade para contratar e demitir. Segundo a autora as condições instauradas no “fordismo à brasileira” tornaram o regime de trabalho cada vez mais flexibilizado e precário.

Algumas medidas adotadas de desproteção do trabalho dessa época merecem destaque, como a substituição da estabilidade no emprego (estabilidade conferida aos trabalhadores a partir de dez anos de serviço prestado) pelo Fundo de Garantia por tempo de Serviço (FGTS), que facilitou a rotatividade de mão de obra. O desemprego resulta, nesse momento, “de uma significativa quantidade de força de trabalho a disposição do capital, mas, fundamentalmente, do aprofundamento da precariedade e instabilidade de vínculos. ” (SANTOS, 2012, p. 174)

Desde então, a flexibilidade da produção e das relações de trabalho e a precariedade do trabalho tem se aprofundado ainda mais, principalmente a partir da crise do padrão de acumulação fordista em 1970 que resultou em uma nova forma de acumulação que Harvey (1992) chamou de Acumulação Flexível, um modelo de acumulação baseado no Toytismo, que tem justamente, como características centrais a flexibilidade e desregulamentação do processo de trabalho.

Soma-se ao processo de acumulação flexível, a adoção do modelo de ajuste neoliberal para recuperação capitalista diante a crise da década de 1970. O neoliberalismo defende a ideia de criar as bases necessárias para a implementação

das novas formas de disposição do mundo produtivo, sem a intervenção do Estado. “No discurso neoliberal, as medidas de flexibilização do mercado de trabalho aparecem como imperiosas ao enfrentamento do desemprego. ” (SANTOS, 2012, p. 188)

No contexto atual, esse discurso tem sido muito utilizado pelo Estado, inclusive com o objetivo de conquistar a aquiescência da classe trabalhadora, tentando mostrar as vantagens de “reformas” que podem atrair o investimento de empresas no país, ocasionando a abertura de novos postos de trabalho. Esse foi um discurso bastante utilizado durante a votação da reforma trabalhista proposta e aprovada pelo governo de Michel Temer. A reforma trabalhista instituída pela lei 13.467/2017 e a lei 13.429/2017 da terceirização irrestrita trazem várias substituições da modalidade padrão de trabalho por diversas outras modalidades (trabalho intermitentes, home office etc), que tendem a ser cada vez mais precárias.

De acordo com Harvey (1992, p.24) “a atual tendência dos mercados de trabalho é reduzir o número de trabalhadores "centrais" e empregar cada vez mais uma força de trabalho que entra facilmente e é demitida sem custos quando as coisas ficam ruins”.

Apesar da inovação tecnológica implicar em uma economia de trabalho vivo, diminuindo a quantidade de empregos, Netto (2012) destaca que o crescimento da força de trabalho excedentária é funcional a lógica do capital. O desemprego é funcional ao capitalismo a partir do momento que a força de trabalho excedente é desvalorizada pelo capital e termina por influenciar no barateamento de salários, aumentar a taxa de mais-valia, na aceitação por parte dos trabalhadores de condições precárias de trabalho, dessa forma, o desemprego torna-se um elemento importante na produção e reprodução do exército industrial de reserva.

Tendo o trabalho como sinônimo de sobrevivência, os trabalhadores são submetidos a precárias condições de trabalho, com jornadas exaustivas, baixos salários, falta de proteção trabalhista. Além disso, o capital investe na reprodução de sentimentos, comportamentos e representações individualistas e competitivas na

classe trabalhadora. Busca-se disseminar a ideia de que o desemprego é um problema individual, causado pela falta de qualificação das pessoas.

De acordo com Harvey (1992), no modo de produção capitalista, verifica-se uma tentativa de controle da subjetividade, que envolve um amplo controle social das capacidades físicas e mentais, com propensões psicológicas (como a busca de identidade através do trabalho). Desde a I Revolução Industrial, passou a se transmitir, no inconsciente coletivo, que através do trabalho, o homem seria capaz de produzir e adquirir os bens necessários para uma vida digna, seria possível construir sua auto-imagem e sua personalidade.

2.1 Os rebatimentos do desemprego na saúde

De acordo com Sen (1997), a situação de desemprego vai muito além da perda de renda, ela traz consequências em relação a auto-confiança, a integração social, privações que contribuem muito em vários aspectos para o isolamento social.

Segundo Santos (2012, p. 142) o Brasil possui, em seu histórico, uma "'cidadania regulada': a estratificação dos cidadãos a partir de suas posições no mercado de trabalho, [...] a cidadania está embutida na profissão e os direitos do cidadão restringem-se aos direitos do lugar que ocupa no processo produtivo, tal como reconhecido por lei". Dessa forma, os trabalhadores empregados "sempre tiveram algum tipo de assistência, por mais precária que fosse" enquanto os trabalhadores desempregados [...] "sempre foram encarados com desconfiança, quando não com menosprezo. " (SILVA, 2011, p. 415). Há, portanto, um processo histórico de desassistencialização dos desempregados e reforço do preconceito que vivenciam, o que acaba favorecendo ainda mais para o isolamento social desses indivíduos.

Certamente estão contidos nesse universo de desempregados, os usuários de substâncias psicoativas, pessoas que historicamente são vistas como "perigosas", envoltas por um estigma que dificulta ainda mais a inserção no mercado de trabalho. Segundo Scheffer e Quixaba (2015) "o uso de drogas ilícitas é visto pela sociedade como algo anormal, perigoso e marginalizado, o sujeito que faz uso de tais

substâncias é considerado como rebelde, irresponsável, perigoso, marginal, bandido e incapaz de um convívio social. ” Sendo assim, quando o dependente químico é rotulado como “criminoso” ou “doente”, as barreiras para conseguir um emprego tornam-se cada vez maiores, pois são considerados como sujeitos incapacitados para desenvolver qualquer função ocupacional.

O estigma em relação ao uso de drogas faz com que a sociedade não veja os usuários de drogas como um cidadão comum que merece as mesmas oportunidades de inserção como qualquer outro, gerando para o dependente químico uma obstacularização do acesso ao emprego, pois se o mercado de trabalho já se encontra competitivo, “para o dependente químico as chances de inserção ficam cada vez mais escassas, chegando a tal ponto de que o dependente químico só é visto pela sociedade como um “drogado” e nada mais.” (SCHEFFER, QUIXABA88 (SCHEFFER; QUIXABA, 2015, p. 88).

Em situação de desemprego, as pessoas estão mais propensas a vivenciar elevados níveis de depressão, ansiedade, stresse, insatisfação com a vida presente e angústia (BARROS; OLIVEIRA,2009, p. 85). Frequentemente, a angústia que as pessoas desempregadas sentem está relacionada à responsabilização que as mesmas sentem frente a essa situação, no senso comum, as pessoas costumam atribuir a responsabilidade de estarem desempregadas a si próprias e a “associam à falta de estudo, à idade, ao despreparo para mudanças tecnológicas. ” (BARROS; OLIVEIRA, 2009, p. 91)

Behring (2003) destaca o discurso da qualificação para gerar condições de empregabilidade. Assim, a situação de desemprego é explicada pela ausência de qualificação dos trabalhadores – e até por má vontade, inaptidão ou preguiça –, e não por uma condição estrutural do capitalismo na qual não há emprego para todos, reforçando saídas individuais ou mesmo a instrumentalização dos mecanismos coletivos de organização dos trabalhadores por programas de qualificação a partir do Estado ou em parcerias.

Silva (2011) cita investigações realizadas nos Estados Unidos sobre as formas em que a recessão econômica afeta a saúde humana, onde os estudos indicavam aumento da mortalidade por doenças cardiovasculares num espaço entre dois e três anos depois do crescimento dos índices de desemprego. Ela explica que as expressões na morbimortalidade[3] não se apresentam de forma imediata, constituem-se em processos que demoram anos para concretizar-se como patologias específicas. Já em relação aos transtornos mentais, estes exibem respostas bem mais imediatas. Porém, a autora aponta que o sofrimento físico, social e mental são geralmente indissociáveis.

De acordo com Rodrigues (2012) o desemprego pode trazer impactos a aspectos fisiológicos dos indivíduos, uma vez que, os desempregados apresentam maior propensão para o envolvimento em comportamentos de risco para a sua saúde, como o alcoolismo, por exemplo. Dessa forma, podemos observar que existe uma associação entre o desemprego e o recrudescimento das condições de saúde, fazendo-se necessário incluir a população desempregada nos estudos das desigualdades em saúde.

3 CONCLUSÃO

Ao longo da discussão é possível perceber a centralidade que o trabalho assume na vida dos sujeitos. Quando o trabalho é sinônimo de realização pessoal e uma forma de sociabilidade humana, estar privado dessa dimensão traz repercussões na vida como um todo. Os indivíduos sem trabalho sempre sofreram uma distinção em relação aos demais. Com o desenvolvimento do capital, o trabalho passou a ser

[3] De acordo com o dicionário Priberam, Morbimortalidade é um conceito que se refere a relação entre o número de casos de enfermidade ou de morte e o número de habitantes em dado lugar e momento.

A formação do conceito da morbimortalidade consiste na relação entre a morbilidade (número de indivíduos portadores de determinada doença) e a mortalidade (estatística sobre as pessoas mortas num grupo específico).

organizado pelo assalariamento que através do Estado garante direito à assistência pelo trabalho.

As novas configurações no mundo do trabalho têm demonstrado fortes incidências sobre a saúde dos trabalhadores. Dessa forma, é realmente imprescindível que se discuta os rebatimentos das diversas dimensões do trabalho sobre a saúde dos trabalhadores.

Afirmamos a importância de estudos que possam subsidiar a compreensão dos impactos do desemprego sobre a saúde dos indivíduos e esperamos que este artigo possa contribuir para o aprofundamento do debate.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo L. **Adeus ao trabalho?**: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 11. ed., São Paulo: Cortez, 2006.

BARROS, Celso Aleixo de. OLIVEIRA, Tatiane Lacerda de. **Saúde Mental de Trabalhadores Desempregados**. Revista Psicologia Organizações e Trabalho, Florianópolis: rPOT, v.9 n.1, p. 86 - 107, 2009. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpot/v9n1/v9n1a06 Acesso em: 03 de junho de 2021.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em contra-reforma**: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003.

BRASIL. Ministério da Saúde. **8ª Conferência Nacional de Saúde**. Relatório Final. Brasília,1986.

GONSALVES, Elisa Pereira. **Conversas sobre iniciação á pesquisa cientifica**. 4. Ed. São Paulo: Alínea, 2007.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

HAZAN, Ellen Mara Ferraz. **A Falta de Estabilidade no Emprego e o Desemprego como Fatores de Risco para a Saúde Mental do Trabalhador**. In: ____. Saúde Mental no Trabalho: coletânea do fórum de saúde e segurança no trabalho do Estado de Goiás. Goiânia: Cir Gráfica, 2013.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) – Contínua**. Trimestre móvel terminado em abril de 2021. 2021. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/31050-desemprego-mantem-recorde-de-14-7-no-trimestre-encerrado-em-abril> Acesso em 25 de julho de 2021.

LESSA, Sérgio. **Serviço Social e trabalho**: porque o serviço social não é trabalho.2. ed. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

MORBIMORTALIDADE. In: **Dicionário Priberam da Língua Portuguesa** [em linha], 2008-2013. Disponível em: <https://www.priberam.pt/dlpo/morbimortalidade> [acesso em 11 de setembro de 2018]

NETTO, J.P. **Crise Capitalista e Consequências Societárias.** Serviço Social e Sociedade. São Paulo, n. 111, p. 413-429, jul/set. 2012.

RODRIGUES, Elsa da Conceição Madeira. **Dimensões psicológicas do desemprego**: relações entre adaptabilidade, esperança, bem-estar e saúde mental. Coimbra: O Autor, 2012. 61 p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Educação, Desenvolvimento e Aconselhamento da Universidade de Coimbra, Portugal, 2012.

SANTOS, Antonio Raimundo dos. **Metodologia científica**: a construção do conhecimento. 5ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

SANTOS, Josiane Soares. **Questão Social**: particularidades no brasil. São Paulo: Cortez, 2012.

SCHEFFER, Graziela.; QUIXABA, Auriane. **Trabalho, Estigma e Uso de Drogas**: encruzilhadas da inserção ao mercado atual. Serviço Social & Realidade, Franca, v. 24, n. 2, 2015.

SEN, A. **Inequality, unemployment and contemporary Europe**. International Labour Review, v.136, p.155-171, 1997. Disponível em: http://www.ilo.org/public/english/revue/download/pdf/sen.pdf. Acesso em 21 de dezembro de 2017]

SILVA, Edith Seligmann. **Trabalho e desgaste mental**: o direito de ser dono de si mesmo. São Paulo: Cortez, 2011.